

O Ofício dos Abridores de Letras da Amazônia: entre Proteção e Exploração Cultural

Flávio Aparecido Santos Souza Junior¹
Marina Furtado Gonçalves²

Submissão em: 21 jan. 2025

Aceite em: 19 mar. 2025

Resumo: Este estudo integra uma pesquisa desenvolvida no âmbito do mestrado acadêmico em Turismo e Patrimônio e explora a relação entre a salvaguarda do patrimônio cultural e o turismo, analisando o impacto da apropriação cultural sobre as tradições tipográficas da Amazônia, em especial as letras ornamentais utilizadas nos barcos da região, conhecidas como “letras que Flutuam”. Essas letras representam um símbolo da identidade cultural amazônica e refletem o universo visual dos povos ribeirinhos. A pesquisa destaca os desafios de equilibrar valorização e exploração cultural, considerando o risco de mercantilização quando esses elementos são descontextualizados e transformados em produtos comerciais. Utilizando uma metodologia exploratória baseada em revisão bibliográfica e análise de conteúdos audiovisuais, o estudo investiga o papel do turismo cultural na promoção e preservação desses elementos. Os resultados indicam uma ambiguidade: enquanto a popularização das letras amazônicas ressalta seu valor cultural, também pode levar à perda de significado para as comunidades de origem. A pesquisa sugere a necessidade de políticas públicas que protejam as tradições locais e envolvam as comunidades na valorização cultural, garantindo o reconhecimento e a sustentabilidade da prática dos abridores de letras.

Palavras-chave: patrimônio cultural; tipografia amazônica; turismo cultural; sustentabilidade cultural.

The Craft of the Letter Openers of the Amazon: between Protection and Cultural Exploitation

Abstract: This study is part of research developed within the framework of an academic master's program in Tourism and Heritage and explores the relationship between cultural heritage safeguarding and tourism, analyzing the impact of cultural appropriation on the typographic traditions of the Amazon, particularly the ornamental lettering used on boats in the region, known as "Floating Letters." These letters symbolize Amazonian cultural identity and reflect the visual universe of riverside communities. The research highlights the challenges of balancing cultural appreciation and exploitation, considering the risk of commodification when these elements are decontextualized and transformed into commercial products. Using an exploratory methodology based on a literature review and audiovisual content analysis, the study investigates the role of cultural tourism in promoting and preserving these expressions. The findings reveal an ambiguity: while the popularization of Amazonian lettering emphasizes its cultural value, it can also lead to a loss of meaning for the originating communities. In light of this, the research points to the need for public policies that protect local traditions and encourage community participation in cultural appreciation, ensuring the recognition and sustainability of the craft of letter openers.

Keywords: cultural heritage; amazonian typography; cultural tourism; cultural sustainability.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Patrimônio da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Endereço eletrônico: flavios25junior@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-0522-8722> Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3183928388709205>

² Docente do Departamento de Museologia da Universidade Federal da Bahia, Professora permanente junto ao Programa de Pós-Graduação em Turismo e Patrimônio da Universidade Federal de Ouro Preto. Endereço eletrônico: marinagoncalves@ufba.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6557-1785> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1279409696749814>

Introdução

De acordo com a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI, 2016), o artesanato tradicional requer técnicas e habilidades especializadas, além de conhecimentos que, muitas vezes, são antigos e passados de geração em geração. As peças de artesanato podem ser expressões culturais tradicionais em sua concepção, aparência e estilo, e podem incorporar conhecimentos tradicionais por meio das aptidões e do *know-how* necessários para sua produção.

Os conhecimentos tradicionais e as expressões culturais tradicionais, incluindo o artesanato, são recursos culturais, sociais e históricos de grande valor para as comunidades que os preservam, praticam e desenvolvem. Além disso, possuem valor econômico, podendo ser utilizados, comercializados ou licenciados para gerar renda e promover o desenvolvimento econômico. No entanto, essas técnicas tradicionais, bem como a concepção, a reputação e o estilo associados ao artesanato, estão vulneráveis à imitação e à apropriação indevida. Com frequência, cópias de baixo custo prejudicam as vendas de artigos artesanais autênticos, além de comprometer a reputação de qualidade dos produtos originais (OMPI, 2016).

Nesse sentido, Carvalho (2012) argumenta que a cultura popular sofre um processo de canibalização quando é transformada em espetáculo e descolada de seu contexto original, ou seja, desterritorializada. Nesse processo, a cultura, que possui raízes e significados específicos em suas comunidades de origem, é reconfigurada para atrair pessoas que frequentam eventos culturais, estabelecimentos e espaços elitizados.

Ainda em consonância com Carvalho (2012), os termos "canibalização" e "espetacularização" expressam a percepção de que as culturas populares estão cada vez mais sujeitas a um processo contínuo de apropriação, exploração e descaracterização. Esse movimento está diretamente ligado à demanda das indústrias do entretenimento e do turismo, bem como à manipulação de artistas populares por políticos regionais de perfil populista.

Aguiar (2006) acrescenta que as culturas e populações locais são transformadas em atrações turísticas e utilizadas como matéria-prima para a indústria cultural. Esse processo resulta na reapropriação de festas tradicionais, saberes, costumes e construções antigas, que são modificadas conforme novas dinâmicas produtivas e convertidos em produtos de consumo dentro do turismo cultural. Nesta pesquisa, abordaremos especificamente a exploração cultural referente ao ofício do artesanato dos povos ribeirinhos da Amazônia.

Em conformidade com a Rede de Artesanato Brasil (2021), a regulação do artesanato é bastante complexa devido à diversidade de agentes e contextos envolvidos, que abrangem aspectos socioculturais, políticos e econômicos. A Rede destaca a importância de discutir propostas que melhorem as condições para os indivíduos e instituições em todas as etapas do processo produtivo. Além disso, ressalta a necessidade de uma visão ampla que contemple sujeitos e suas relações, comunidades, trajetórias, tempos, instituições, estruturas, demandas e conflitos, promovendo uma abordagem universal e inclusiva na regulação do artesanato.

Com o objetivo de superar os desafios enfrentados pelo setor, o Projeto Estruturação do Sistema de Gestão do Artesanato Brasileiro oferece capacitação remota em Políticas Públicas e Desenvolvimento do Artesanato. Essa iniciativa promove a integração de saberes e fomenta políticas públicas que fortalecem o segmento artesanal. Nos módulos do curso, são abordados temas relevantes, como a Portaria Nº 1.007-SEI/2018, que institui o Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), e o Marco Jurídico do Artesanato Brasileiro, destacando a necessidade de regulamentação e a proteção dos direitos dos artesãos (Rede de Artesanato Brasil, 2021). Nesse contexto, o ofício dos abridores de letras amazônicos (Figura 1) emerge como objeto central desta pesquisa, refletindo a riqueza cultural e a importância de preservar e valorizar essa prática tradicional.

Figura 1

Abridor de letra fazendo uma pintura em uma embarcação.



Fonte: Nailana Thiely, 2021. n.p.

Para Carvalho (2009), práticas culturais tradicionais, como as dos "abridores de letras" exercida pelos povos ribeirinhos da Amazônia (Figura 2), são mais do que expressões artísticas: são pilares da identidade coletiva e do pertencimento. Os "abridores de letras" são artistas que criam letras ornamentais que adornam embarcações, simbolizando a estética e o universo visual dos povos ribeirinhos (SECULT, 2021).

Nesse sentido, a preservação do patrimônio cultural tem se tornado uma preocupação crescente entre pesquisadores de diversas áreas (Azevedo, 2013). Dentre elas pode-se

mencionar turismólogos, historiadores, conservadores-restauradores, instituições públicas e privadas e entusiastas. Nesse contexto, os conceitos de patrimônio e turismo, desenvolvidos no final do século XVIII, emergem como construções sociais que atribuem novos significados a espaços e objetos. Embora cada elemento tenha um propósito original, eles são simbolicamente recriados para exercer novas funções. Historicamente, a relação entre turismo e patrimônio foi moldada pelo valor econômico atribuído aos monumentos (Camargo, 2005).

O turismo, especialmente o de segmento cultural, utiliza bens patrimoniais como produtos autênticos, carregados de história e memória, promovendo trocas culturais e preservação do patrimônio cultural (SEBRAE, 2022). Contudo, quando esse segmento de turismo não é utilizado de maneira correta, pode ter algumas consequências, como por exemplo a apropriação cultural.

Considerando os pontos de vista mencionados, percebe-se que, embora a preservação do patrimônio cultural seja um tema de crescente importância, ainda há um longo caminho a percorrer para garantir a proteção e valorização adequadas desses bens. Muitos desafios dificultam o progresso nessa área, exigindo o envolvimento de diversos setores da sociedade para serem superados. Segundo Amaral (2015), a Constituição Federal brasileira destaca algumas diretrizes em relação à proteção do patrimônio cultural. Para o autor, o estado, com o apoio da comunidade, é responsável por proteger as manifestações culturais de diferentes grupos, como culturas populares, indígenas, afrodescendentes e outros que compõem a sociedade brasileira. O patrimônio cultural é definido como o conjunto de bens materiais e imateriais que remetem à memória, identidade e ação desses grupos (Amaral, 2015).

De acordo com Sant'Anna (2015), a preservação envolve a gestão prática do patrimônio cultural por meio de instrumentos de identificação, proteção e manejo, constituindo um processo de patrimonialização. Esse processo começa com a atribuição de valor a determinados objetos, construções, paisagens, saberes e práticas, com base em critérios históricos, estéticos e culturais. Ele se completa com a implementação de ações concretas destinadas a manter ou dar continuidade a esse patrimônio.

Diante disso, é notável que a política de preservação cultural no Brasil tem mudado o foco dos próprios bens para a importância da dinâmica social e dos valores atribuídos a eles. Isso implica uma aproximação com as pessoas que vivenciam essas práticas culturais, permitindo que elas participem mais ativamente das decisões sobre a preservação de seu patrimônio. Essa perspectiva favorece práticas de gestão voltadas à autonomia e sustentabilidade das culturas e promove uma nova relação de conhecimento, na qual os próprios

detentores das manifestações culturais colaboram na construção do saber sobre suas tradições e práticas.

Neste contexto de preservação do patrimônio cultural, a prática dos povos ribeirinhos da Amazônia, também conhecida como “Letras que Flutuam” (Figura 1) se torna objeto desse estudo. Esses elementos decorativos, são parte integrante da identidade cultural amazônica e refletem o universo visual dos povos ribeirinhos (SECULT, 2021).

Este estudo tem como objetivo realizar uma pesquisa bibliográfica abrangente para reunir dados e informações sobre a prática tipográfica utilizada na Amazônia, especialmente no contexto das letras ornamentais dos povos ribeirinhos, inscritas em equipamentos náuticos como os barcos. Além disso, será conduzido um estudo de caso sobre um possível episódio de apropriação cultural realizado por um artista, que empregou essa técnica tradicional em sua obra. A justificativa do estudo reside na necessidade de uma análise crítica dos limites entre valorização e exploração cultural, enfatizando a importância de respeitar e preservar esses elementos em seu contexto cultural original. Em sequência essa pesquisa apresenta os procedimentos metodológicos empregados no estudo.

Metodologia

Esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa de caráter exploratório-descritivo, estruturada em múltiplas etapas que visaram ampliar a compreensão sobre o ofício dos abridores de letras na Amazônia e as questões relacionadas à apropriação cultural no *design* gráfico. Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica para embasar o estudo teórico sobre a prática dos abridores de letras amazônicos, investigando suas origens, características e relevância cultural. Essa etapa incluiu artigos acadêmicos e publicações especializadas, que forneceram um panorama geral sobre o tema. Para complementar esse levantamento, foram analisados materiais audiovisuais disponíveis em plataformas *online*, como vídeos documentais, entrevistas e reportagens, que ofereceram uma perspectiva visual e narrativa do contexto cultural desses profissionais.

A fim de explorar os conflitos relacionados à apropriação cultural, foram consultadas reportagens jornalísticas, que destacaram as tensões entre a preservação do patrimônio cultural e sua exploração comercial. Essa etapa permitiu identificar as principais controvérsias e narrativas em torno do tema, evidenciando diferentes perspectivas sobre os impactos culturais e econômicos envolvidos. Como parte do estudo empírico, foram analisados dois casos

específicos de apropriação cultural, envolvendo duas lojas de renome e um artista, que foram publicamente acusados de explorar elementos culturais dos abridores de letras sem a devida autorização ou reconhecimento. Esses casos serviram como base para aprofundar a discussão sobre os limites éticos e legais da apropriação cultural no campo do *design*.

A pesquisa também incluiu entrevistas com três profissionais de áreas distintas, todos com experiência na criação artística e no *design* gráfico. Essas entrevistas buscaram capturar diferentes perspectivas sobre questões éticas, práticas criativas e os desafios relacionados à inspiração versus apropriação cultural. Os depoimentos desses profissionais enriqueceram a análise e trouxeram contribuições práticas para o debate. A seguir o estudo irá contemplar uma abordagem preliminar sobre os povos ribeirinhos. Essa etapa busca ampliar a compreensão do cenário cultural em que o ofício dos abridores de letras está inserido.

Breve contexto sobre os Ribeirinhos da Amazônia

A Amazônia, maior bioma brasileiro, possui um vasto território e rica biodiversidade, com fronteiras difíceis de delimitar, pois ultrapassam o Brasil e variam conforme o critério adotado (como floresta, clima, relevo ou bacia hidrográfica) (Marques, 2019). Além de sua extensão e recursos naturais, a região é marcada por uma diversidade étnico-cultural resultante da colonização e miscigenação, incluindo quilombolas, indígenas, ribeirinhos, caboclos e seringueiros (Fernandes & Moser, 2021). Dentro deste contexto, destacam-se as comunidades ribeirinhas, foco deste estudo.

Essas comunidades, apesar das mudanças trazidas pela expansão da cultura ocidental e do sistema capitalista, preservam um modo de vida tradicional, centrado na pesca e na agricultura de corte e queima (Da-Glória & Piperata, 2019). De acordo com o Instituto ECO BRASIL (2024), além da pesca, os ribeirinhos cultivam pequenos roçados para consumo próprio e realizam atividades de caça e extrativismo, integrando práticas que são transmitidas de geração em geração.

Chaves (2001) descreve os ribeirinhos como uma população tradicional emblemática na Amazônia, caracterizados pela sua forma única de comunicação e pelas representações de seus lugares e tempos em conexão com a natureza. A relação que mantêm com a água, junto aos seus sistemas de classificação da fauna e flora, compõem um vasto patrimônio cultural. Segundo Chaves, essas comunidades:

vivem em agrupamentos formados por várias famílias, localizados ao longo dos rios e seus afluentes. A localização em áreas de várzea, nos barrancos, e o conhecimento socio-histórico que molda seu modo de produção e estilo de vida nas comunidades

ribeirinhas contribuem para a construção de sua identidade sociocultural (Chaves, 2001, p. 78).

O reconhecimento formal das comunidades ribeirinhas como parte das populações tradicionais brasileiras ocorreu com o Decreto Presidencial nº 6.040/2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Esse decreto ampliou o reconhecimento dado pela Constituição de 1988 aos indígenas e quilombolas, abrangendo também faxinalenses, pantaneiros, caiçaras, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco de babaçu e outras populações (ECO BRASIL, 2024).

No campo das ciências sociais, o termo "comunidade tradicional" é amplamente discutido, especialmente em referência às populações ribeirinhas, pois está associado à ideia de um espaço físico específico. Entre os autores clássicos, Wagley (1957) foi um dos primeiros a empregar o termo "comunidade tradicional" para descrever as sociedades amazônicas. Segundo ele:

Nas comunidades, existem relações humanas de indivíduo para indivíduo, onde as pessoas estão sujeitas aos preceitos de sua cultura diariamente. É nesses contextos que os habitantes educam seus filhos, mantêm uma vida familiar, formam associações, praticam sua religião e seguem os valores de suas culturas. A economia, religião, política e outros aspectos da cultura são interligados e formam parte de um sistema cultural geral (Wagley, 1957, p. 43-44).

Diegues (2008), por sua vez, define as comunidades tradicionais, em uma perspectiva marxista, como aquelas em que a organização social e econômica é marcada pela baixa acumulação de capital e pela ausência de trabalho assalariado. Nessas comunidades, os produtores independentes se dedicam a atividades de pequena escala, como agricultura, pesca, coleta e artesanato, fundamentando sua subsistência no uso de recursos naturais renováveis.

De acordo com o inciso I, Art. 3º, Decreto 6.040/2007 da Constituição Federal do Brasil, povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente distintos que se identificam como tal e possuem formas próprias de organização social. Eles ocupam e utilizam territórios e recursos naturais como base para a preservação de suas práticas culturais, sociais, religiosas, ancestrais e econômicas, empregando conhecimentos, inovações e práticas transmitidas ao longo das gerações.

Diante dos contextos apresentados, percebe-se que a diversidade étnica e populacional da Amazônia, destacada neste estudo pelos povos ribeirinhos, está diretamente ligada ao manejo sustentável e à conservação do patrimônio cultural. As comunidades e povos tradicionais da Amazônia dependem da caça, pesca e extrativismo para obter alimento e gerar renda. Além disso, incorporam a esses meios de subsistência conhecimentos e práticas transmitidos de geração em geração, o que contribui para a preservação dos saberes tradicionais

e reforça o potencial dessas atividades no reconhecimento do patrimônio cultural amazônico. A seguir, apresenta-se um breve contexto sobre a tradição naval da Amazônia.

A tradição naval amazônica

A partir do século XVII, com o interesse de Portugal em ocupar a Amazônia, os portugueses, ao chegarem ao Brasil, depararam-se com alguns “objetos náuticos” já utilizados pelos povos indígenas, como as canoas. Dessa forma, desde o início da colonização, os portugueses testemunharam as habilidades dos indígenas na construção dos primeiros meios de transporte náuticos da região (Lima & Sousa, 2021). Isso evidencia que o uso de embarcações no Brasil já ocorria antes da chegada dos colonizadores portugueses.

Para aproveitar a rica ictiofauna³ da floresta amazônica, os povos indígenas criaram soluções para atender tanto às suas necessidades de locomoção quanto de alimentação. Com engenhosidade, transformaram árvores em ubás e igarités, desenvolvendo, assim, uma cultura de pesca e técnicas associadas, como a construção de embarcações. Esse conhecimento foi transmitido entre nativos e ribeirinhos, espalhando-se por grande parte da região norte (Corrêa, 2021).

Segundo Bittencourt (1957), a canoa era o principal meio de transporte dos indígenas na Amazônia, permitindo vencer grandes distâncias a remo. Os troncos que caíam nos rios e eram levados pela correnteza serviram de inspiração para as primeiras embarcações indígenas. No entanto, com a chegada dos portugueses que possuíam conhecimentos avançados em construção naval, iniciou-se a fabricação de embarcações maiores do que as canoas tradicionais dos povos indígenas (Corrêa, 2021).

Ferreira (2009) corrobora essa visão em seu trabalho “Nota sobre a Construção Naval no Brasil nos Séculos XVII e XVIII”. O autor destaca que a indústria de construção naval no Brasil já viveu períodos de grande importância e que isso não é surpreendente, uma vez que o país foi colonizado por uma nação com fortes tradições nesse setor.

A importância dos estaleiros está inserida nessa dinâmica. Esses locais tiveram sua primeira instalação no Brasil no final do século XVI, com a iniciativa oficial de estabelecer o estaleiro Ribeira das Naus, na Bahia, durante o governo de D. Francisco de Souza. Posteriormente, esse estaleiro passou a ser conhecido como Arsenal da Marinha, nome que também foi adotado em outras regiões do país, como Recife e Belém. Devido à abundância de

³ Ictiofauna é o termo que se refere ao conjunto de espécies de peixes que vivem numa determinada região.

madeiras de alta qualidade, o estaleiro de Belém rapidamente se destacou como um importante centro de construção naval (Ferreira, 2009).

De acordo com o pesquisador e ativista socioambiental João Meirelles Filho, autor de Livro de Ouro da Amazônia (2006), aproximadamente cem mil barcos navegam pelos rios amazônicos. A maioria dessas embarcações é de pequeno porte, construída artesanalmente para uso familiar. São esses barcos, principalmente, que mantêm viva a tradição da pintura popular (Meirelles, 2006).

Ainda em conformidade com Corrêa (2021), a construção de barcos pelos mestres caboclos foi se aprimorando ao longo do tempo, adaptando-se às particularidades da Amazônia. Esse processo exigiu o desenvolvimento de técnicas e o surgimento de atividades associadas à construção naval, como carpintaria, calafetagem e pintura. Com a Amazônia entrelaçada por rios, as embarcações se tornaram meios de transportes necessários para a região. Nesse contexto Náutico foi que surgiu a profissão de "abrir letras" para nomear os barcos, um ofício visível nos estaleiros artesanais ao longo dos rios amazônicos. A seguir, a pesquisa irá explorar mais a fundo o trabalho desses profissionais especializados nas letras navais amazônicas.

O ofício de “abrir letras”

Segundo Martins (2018), a prática de "abrir letras" em barcos é uma arte tradicional ligada à pintura com pincel, onde os nomes das embarcações são escritos em letras coloridas e decoradas (Figura 2). Esse ofício é realizado por profissionais que se destacam em várias cidades amazônicas, todas interligadas pelos rios.

Figura 2

Embarcação com letras decorativas.



Fonte: Idaias Freitas, 2024. n.p

Em conformidade com a SECULT (2021), esse ofício é uma tradição ribeirinha de pintar os nomes dos barcos na Amazônia. Os abridores de letras são profissionais responsáveis por aplicar as letras e os nomes nas embarcações, etapa que é considerada o processo final da construção do barco.

Para Finizola et al. (2013), determinar a origem do ofício do “pintor de letras” e dos letreiramentos manuais é uma tarefa desafiadora. Existem poucos registros históricos dessa forma de comunicação gráfica, devido à sua natureza efêmera, pois são produtos do cotidiano e têm uma vida útil curta.

De acordo com pesquisas conduzidas por Martins (2018), alguns artesãos aprenderam a técnica de "abrir letras" através de cursos por correspondência, enquanto outros adquiriram o conhecimento sob a orientação de um mestre experiente. Os "abridores" frequentemente mencionam a influência dos barcos de outros municípios que circulam pelos rios, trazendo inspiração e incentivando uma competição saudável para que "um queira fazer mais bonito que o outro". A autora ainda ressalta que essa é uma característica exclusiva da Amazônia, demonstrando como esse ofício tem sido passado de geração em geração e como os artesãos locais buscaram formas de estudo para aprimorar a técnica.

Conforme publicado pelo Connectarch (2022), a arte dos abridores de letras é um ofício dominado por poucos artesãos e é uma característica marcante da região amazônica, cuja tradição geralmente é transmitida de pai para filho. Esses artistas são conhecidos por pintar nomes, frases e palavras em barcos, muros e fachadas da região. Inicialmente, a criação dessas letras era aplicada apenas em embarcações, mas com o tempo, expandiu-se para fachadas de comércio e até residências, atualmente repletas de cores vibrantes, detalhes e ornamentos.

Para Corrêa (2021), a pintura de embarcações faz parte do conjunto de profissões navais e que essa prática é especialmente comum em barcos artesanais. Esses barcos, por meio de seus nomes, refletem a identidade de um povo, seus costumes, práticas e visão de mundo. Com o passar do tempo, essas embarcações foram sendo cada vez mais ornamentadas. Não apenas os nomes apresentam técnicas gráficas decorativas, mas o próprio barco se torna um espaço para imagens que expressam os costumes, a fé e as emoções de uma comunidade específica.

Os responsáveis por esse trabalho são especialistas nessa forma de arte, que desenvolveram suas técnicas, em grande parte, de forma empírica. Em Portugal, as pinturas dos barcos moliceiros demonstram como o ato de decorar uma embarcação pode se tornar uma expressão cultural, pois essas pinturas refletem a identidade local (Corrêa, 2021). Clara Sarmiento (2000) afirma que o processo pelo qual os objetos ganham significado está vinculado

a valores e influências socioeconômicas, que os transformam em meios de expressão e afirmação de uma identidade regional.

A prática de ornamentar embarcações é algo presente em diversas civilizações. Esse costume é observado no arquipélago de Nova Guiné, na Melanésia, onde os trobriandeses cercam suas canoas de tradições, decorando-as com entalhes, cores vibrantes e adornos para embelezá-las, transformando-as em verdadeiros espetáculos visuais (Malinowski, 2018).

Segundo Corrêa (2021), essa prática ressaltada por Malinowski (2018) nos conduz à compreensão da profunda conexão entre o homem e sua embarcação, uma relação que ultrapassa o aspecto material, pois, para os trobriandeses, a canoa é uma extensão de suas vidas. Assim, a prática de decorar embarcações faz parte do cotidiano daqueles que veem nos barcos elementos essenciais para sua existência. Em sua pesquisa intitulada “Letras que Flutuam: territórios fluidos da Amazônia”, Fernanda Martins (2008) descreve com precisão uma expressão cultural local. A autora aborda a maneira como os barcos de madeira são identificados na cidade de Belém, Pará, onde as embarcações têm um papel significativo, especialmente na vida dos ribeirinhos. Segundo Martins (2008):

Os barcos trazem o morador para o trabalho, para comprar artigos de subsistência, transportam a produção, levam as crianças para a escola. Não apenas, o barco é uma segunda casa, deve estar sempre arrumado, deve ser seguro. E todos os barcos ribeirinhos são identificados de uma mesma forma, através de letras pintadas de uma maneira específica, com raízes formais baseadas na tipografia vitoriana do século XIX. (Martins, 2008, p. 336).

Diante desses contextos, percebemos que a relação entre o homem e sua embarcação vai além do uso funcional, refletindo uma conexão emocional e cultural profunda. Como observam os autores mencionados, decorar as embarcações é uma prática que reforça essa ligação, tornando o barco uma extensão da vida do indivíduo, especialmente em culturas como a do Norte do país. Na Amazônia, essa prática ganha contornos únicos, e os barcos assumem um papel central na vida dos ribeirinhos, funcionando como meios de transporte, espaços de trabalho e até como segundas casas. As palavras de Martins (2008) enfatizam que as embarcações da Amazônia são ornamentadas em um estilo específico, reforçando a identidade cultural dessas embarcações.

Ao investigar o surgimento da letra decorativa na Amazônia, Martins (2008) destaca exemplos de outros países que utilizam estilos de pintura influenciados pela estética vitoriana. Entre os casos mencionados, a autora cita o fileteado argentino, uma tradição de decorar carrocerias de caminhões, prática que também ocorre no Brasil. Assim, podemos entender que essa atividade se manifesta na Amazônia através de seu principal meio de transporte e um dos

principais instrumentos de trabalho: a embarcação. Esse contexto certamente contribuiu para o surgimento da profissão de abridor de letras na região amazônica. A seguir, serão tratados aspectos sobre turismo cultural responsável, com o intuito de demonstrar a sua importância para a preservação de práticas e expressões culturais como as que envolvem o ofício do abridor de letras na Amazônia.

Turismo cultural responsável

Historicamente, o desenvolvimento do turismo esteve marcado, prioritariamente, por aspectos econômicos e quantitativos. O que mais importava eram os aviões lotados de passageiros e destinos repletos de viajantes, demandando o crescimento exponencial de equipamentos e serviços turísticos para atender a essa demanda. Com o passar das décadas, estudos e pesquisas revelaram uma série de impactos negativos oriundos de uma lógica de mera exploração do turismo, tais como: degradação ambiental dos destinos, aumento do custo de vida à população local, perda de elementos da identidade cultural, aumento da criminalidade, entre outros (Barreto & Lanzarini, 2023).

Pinheiro & Oliveira (2023), afirmam que a preservação do patrimônio cultural se tornou mais ampla e reflete, de forma mais intensa, a diversidade e as múltiplas identidades que constituem nações, povos e etnias. Em especial, aqueles grupos sociais mais restritos, frequentemente marginalizados e com pouca representatividade demográfica e econômica, estão em maior risco de desaparecer.

Nesse sentido, emerge a necessidade de se desenvolver um turismo mais responsável, alinhado a preceitos sustentáveis, capaz de envolver as comunidades locais em seus processos de planejamento, gestão e monitoramento e trazer benefícios como bem-estar, renda e a preservação do patrimônio natural e cultural dos destinos, preocupando-se com as gerações atuais e futuras. É nessa perspectiva que surge o turismo responsável movido por princípios sustentáveis, éticos, participativos e inclusivos (Nascimento, 2018).

O turismo cultural é hoje uma realidade para muitos municípios que buscam desenvolver-se de forma sustentável e agregar mais valor à sua cidade. Ao valorizar as manifestações culturais, folclóricas, artesanais e a arquitetura da cidade, o turismo cultural melhora a autoestima da população local. Mas, para tornar-se realmente atrativo aos visitantes o turismo cultural deve envolver a comunidade em torno deste objetivo, não só pela possibilidade do desenvolvimento da economia local com a entrada de divisas, mas

principalmente visando o aproveitamento do turismo cultural como propulsor do espírito comunitário e da melhoria na qualidade de vida da população (Schneider, 2006).

O turismo está em expansão no Brasil, com grande potencial de desenvolvimento (Guimarães & Morano, 2020). Para gerar benefícios para as regiões turísticas, é necessário promover uma gestão que equilibre interesses diversos e busque soluções cooperativas. Esse modelo deve fortalecer o turismo responsável, melhorar a segurança e a qualidade de vida das comunidades locais, além de contribuir para o desenvolvimento social e humano das áreas onde o turismo ocorre (Barreto & Lanzarini, 2023).

Nesse contexto, o Ministério do Turismo definiu como prioridade o incentivo ao turismo responsável. Esse modelo busca equilibrar sustentabilidade ambiental, social e econômica, respeitando o meio ambiente, promovendo justiça social, valorizando a cultura e economia locais, e colocando a comunidade como protagonista do desenvolvimento turístico em seu território (Costa et al., 2024).

Segundo Oliveira et al. (2022), no âmbito da sustentabilidade, os valores pessoais e o estilo de vida parecem ser fatores relevantes para prever os comportamentos individuais. Analisar o comportamento ético do turista é um indicador importante para compreender a dinâmica indivíduo-sociedade-ambiente e seus impactos de curto, médio e longo prazos. Ademais, essas informações são relevantes para que as partes interessadas e os formuladores de políticas públicas gerenciem de maneira sustentável as paisagens naturais, bem como, os produtos e serviços envolvidos nessa atividade.

Diante dos pontos apresentados, essa pesquisa aponta que o turismo cultural responsável surge como uma possibilidade de contribuição para o desenvolvimento sustentável do setor. Nesse contexto, a implementação de políticas públicas e estratégias de gestão podem desempenhar um papel fundamental ao promover o envolvimento das comunidades locais, respeitar as especificidades culturais e ambientais de cada destino e garantir a distribuição equitativa dos benefícios gerados pelo turismo. Para aprofundar essa discussão, o próximo tópico apresenta os resultados da pesquisa, que incluem a análise de dois estudos de caso relacionados a marcas de renome e a um artista, além de entrevistas com profissionais de áreas ligadas à criação e ao *design*.

Resultados

Os resultados indicaram uma relação ambígua entre apropriação cultural e o reconhecimento dessas práticas artísticas. De um lado, o uso das letras amazônicas em produtos comerciais e o crescente interesse por essa estética ribeirinha destacam o valor cultural desse patrimônio; por outro lado, há o risco de que essa popularização leve à perda de significado para as comunidades de origem.

De acordo com o portal da rede Globo G1-Pará (2024), a difusão desse vocabulário imagético ribeirinho o fez reconhecido em todo o Brasil. Isso se comprova pela enorme quantidade de produtos que estão utilizando as letras decorativas da Amazônia, sem contar produtos publicitários e marcas de empresas. Em entrevista ao portal, Fernanda Martins, uma pesquisadora da arte dos Ribeirinhos afirmou que isso não surtiu efeitos positivos para os artesãos e muito menos refletiu na ampliação do mercado de trabalho aos abridores de letras, que são, originalmente, os autores dessa obra singular, mas permanecem invisíveis.

Diante desse cenário, o Instituto Letras que Flutuam foi criado em 2004 pela *designer* e pesquisadora Fernanda Martins, com o objetivo de promover ações para a valorização e preservação das letras decorativas amazônicas. Entre suas iniciativas, o Instituto vem documentando esse saber, mapeando os artistas populares responsáveis por essa representação estética marcante da região amazônica, lutando pelos direitos desses artesãos e promovendo campanhas de reconhecimento pela arte de abrir letras, além de combater a apropriação cultural desse conhecimento (Letras que Flutuam, 2023).

Segundo a entrevistada é muito comum vermos designers e publicitários reproduzindo o trabalho desses artistas, o que torna o debate sobre direitos autorais essencial. A grande prioridade do Instituto é não apenas divulgar esse conhecimento, como foi feito anteriormente, mas também buscar novas formas de reconhecimento e geração de renda para os verdadeiros mestres do saber de abrir letras em barcos na Amazônia (Globo, 2024).

Conforme destacado por Mandel (2006), o vocabulário de uma língua representa o conjunto de todos os seres, objetos e ideias de uma comunidade. As formas escritas que expressam essa língua utilizam, por sua vez, o repertório visual e cultural acumulado pelo grupo. Uma língua e uma escrita situam o indivíduo dentro de uma comunidade social e cultural. Nesse sentido, quando alguém de fora dessa comunidade utiliza a língua e as formas visuais que representam o repertório cultural do grupo, isso pode ser considerado um exemplo

de apropriação cultural se não houver respeito, reconhecimento e colaboração com os membros originais da comunidade.

Em uma postagem da rede social *Instagram* (Figura 3), feita pela página da organização, foi observada uma acusação de apropriação cultural supostamente cometida pelas Lojas Renner. Na ocasião, o perfil que fez a denúncia marcou o usuário das Lojas Renner (@lojasrenner).

Figura 3

Publicação no *Instagram* acusando as Lojas Renner de apropriação cultural.



Fonte: Letras que Flutuam, 2023. n.p.

Ao observar a imagem (Figura 3), é notória uma coleção de roupas em uma das unidades das Lojas Renner no Shopping Belém, utilizando uma estampa com a “caligrafia” dos abridores de letras amazônicos. Na publicação, também foi redigida a seguinte frase: “Quais os limites da apropriação cultural pela moda? Usar a letra decorativa amazônica como inspiração é apropriação cultural? Qual a nossa responsabilidade, enquanto amazônidas e consumidores, diante da explosão da letra de barco fora do seu uso comunicacional nas embarcações e letreiros regionais?” (Letras que Flutuam, 2023, n.p.). Outras informações contidas na publicação podem ser conferidas na transcrição abaixo:

O projeto Letras que Flutuam vem desde 2004 documentando esse saber e mapeando os artistas populares responsáveis por essa representação estética marcante da nossa região. Nosso interesse não é cercear a divulgação da letra de barco, e sim de valorizar esse saber e promover o reconhecimento dos artistas invisíveis que sobrevivem dessa arte. A nós, cabe conhecer e adquirir peças DIRETO DOS ARTISTAS, evitando atravessadores e desenvolvendo produtos JUNTO COM ELES. Assim evita-se a apropriação e o benefício da divulgação das letras é compartilhada com o autor. VALORIZE O ARTISTA DA AMAZÔNIA. CONHEÇA E CONTRATE OS ABRIDORES DE LETRAS. E mais importante: NÃO USE A LETRA DE UM ABRIDOR SEM A SUA AUTORIZAÇÃO (Letras que Flutuam, 2023, n.p.).

Foi visto na publicação pessoas recriminando o episódio de apropriação cultural por parte da empresa e outros comentários marcando o usuário das Lojas Renner, no entanto a rede

lojista não se pronunciou na publicação e nem respondeu a nenhum dos comentários. Em 2024, foi observada uma possível reincidência de apropriação cultural, envolvendo a arte dos povos ribeirinhos. Nessa ocasião, o Instituto Letras que Flutuam emitiu uma carta pública expressando sua insatisfação com o uso não autorizado desses elementos culturais por grandes marcas comerciais. A polêmica surgiu após o lançamento da coleção “Manifesto do Afeto”, criada por Filipe Grimaldi para a Loja Riachuelo (Figura 4) (Duarte, 2024).

Figura 4

Capa da coleção “Manifesto de Afeto” criada por Filipe Grimaldi.



Fonte: Riachuelo, 2024. n.p.

A imagem (Figura 4) revela uma fusão entre os letreiros amazônicos e sua apropriação por marcas de renome, como a Riachuelo e a Disney. Essa junção demonstra como elementos tradicionais são desconectados de seu contexto original e inseridos em um cenário totalmente globalizado. Ao associar símbolos da cultura amazônica a personagens icônicos da cultura norte-americana, a coleção traduz a colonialidade dos processos de consumo, evidenciando como culturas locais podem ser moldadas e comercializadas sob a ótica das grandes corporações ocidentais. Essa dinâmica expõe um aspecto da colonialidade cultural, em que o patrimônio local é esvaziado de seu significado original, sendo recontextualizado em um espaço que, muitas vezes, desconsidera ou distorce a história e os valores da cultura de origem.

Para o Instituto Letras que Flutuam, a coleção incorporou letreiros tradicionais amazônicos sem dar o devido reconhecimento ou compensação aos artesãos locais (Duarte, 2024). De acordo com uma reportagem do portal BT Amazônia (2024), o artista Filipe Grimaldi e a Riachuelo foram acusados publicamente de apropriação cultural ao lançar a coleção em parceria entre as marcas. Para o portal, a linha de produtos apresenta tanto personagens clássicos da Disney quanto uma variedade de símbolos, bordas e combinações de cores inspiradas nas letras amazônicas.

Após a divulgação dos produtos da coleção, muitos internautas observaram uma semelhança entre os itens desenvolvidos (Figura 5) e a arte dos abridores de letras amazônicas,

acusando Grimaldi de apropriação cultural. O artista respondeu às acusações explicando que há 10 anos pesquisa tradições populares latino-americanas, como o Fileteado Portenho, a Carroceria de Caminhão e a Letra de Barco Amazônica. Grimaldi afirmou ainda que recebeu autorização de seus mestres para replicar esses saberes e que, em relação à coleção da Riachuelo, usou um alfabeto amazônico de sua própria autoria, criado três anos atrás em homenagem aos mestres abridores, especialmente o mestre Luís (BT Amazônia, 2024).

Figura 5

Itens que compõem a coleção Manifesto de Afeto no *website* da Riachuelo.



Fonte: Riachuelo, 2024, adaptado pelo autor, 2024. n.p.

Analisando as imagens (Figura 04; Figura 05), fica clara a semelhança entre os itens da coleção da Riachuelo e a letra de barco amazônica. A principal crítica nas redes sociais aponta que Grimaldi teria adotado o estilo artístico nortista, dada a grande semelhança entre as obras. Além disso, há alegações de que o artista estaria excluindo comentários negativos sobre os produtos em suas redes sociais, incluindo mensagens de pessoas indígenas que questionaram a coleção (Pará Web News, 2024).

A loja Riachuelo não se pronunciou em relação às acusações (BT Amazônia, 2024). No entanto, ao consultar o *website* da referida marca, encontram-se textos que confirmam a fala de Grimaldi sobre a inspiração para a coleção, e diversos produtos ainda estão disponíveis para compra (Riachuelo, 2024). O artista também esclareceu que, devido a limitações de produção, as peças foram feitas digitalmente e parte de seus ganhos foi destinada ao mestre Luís. Grimaldi ainda criticou o uso da internet como ferramenta de cancelamento, afirmando que isso prejudica discussões significativas e gera desinteresse dos verdadeiros mestres na transmissão desses saberes (BT Amazônia, 2024).

Em uma entrevista com Mateus Barcelos, residente em Belo Horizonte, Minas Gerais, com Graduação Tecnológica em Produção Multimídia e *Master in Business Administration* (MBA) em *Marketing & Branding*, o entrevistado relatou que, além de sua atuação no mercado de trabalho, ele também presta serviços como *designer*. Mateus mencionou que, durante o curso

de graduação, estudou tipografia como disciplina optativa, abordando desde a história das fontes e *letterings*⁴ até sua aplicação prática.

Mateus destacou, que no processo criativo, a pesquisa e o uso de *moodboards*⁵ são fundamentais para inspirar e direcionar os projetos. Além disso, enfatizou que a ética no *design* é tratada em disciplinas sobre direitos autorais, que ensinam a referenciar corretamente artistas e fontes para evitar plágio, promovendo boas práticas na área, mesmo sem a regulamentação de um órgão específico.

Na segunda parte da entrevista, Mateus foi questionado sobre artistas que fazem apropriação cultural em suas criações. Ele comentou que, quando um projeto envolve temas religiosos, étnico-raciais, regionais/demográficos e/ou de gênero, é essencial dar espaço adequado para as pessoas que realmente fazem parte daquele contexto. "Ao tirar o protagonismo da causa e se apropriar de algo que não lhe pertence, você ofusca a verdadeira razão pela qual aquela cultura merece espaço e visibilidade, abrindo precedentes para achismos e erros que não seriam cometidos por aqueles que vivenciam isso na pele todos os dias", afirmou.

Uma segunda entrevista, desta vez com Tainá Souza, arquiteta e urbanista, natural de Rondônia, região norte do Brasil, e que atua com criação de conteúdos para *Instagram* e desenvolvimento de logomarcas para eventos, ela relatou que, durante a graduação, teve uma disciplina focada em *design* e criação de materiais gráficos, como portfólios artísticos e marcas. Essa disciplina abordou conceitos de tipografia e *design*, ensinando a criação de identidades visuais para marcas próprias e de terceiros.

No campo profissional, Tainá destaca que, embora a graduação não tenha orientado para buscar inspirações regionais específicas, essa prática pode ocorrer de acordo com a demanda do projeto. A ética no uso de *designs* existentes também foi enfatizada, pois a utilização de materiais registrados sem autorização pode gerar problemas. Sobre apropriação cultural, Tainá considera inadequado o uso de elementos culturais sem conexão com o trabalho ou sem o devido crédito à cultura referenciada, mas acredita que homenagens e difusão cultural são válidas quando realizadas com respeito.

Como residente da região norte do país, Tainá relata que episódios de apropriação cultural da estética amazônica são frequentes. Segundo ela, muitos apreciam o estilo visual da Amazônia, mas poucos se interessam em conhecê-la de verdade. "A Amazônia aparece em

⁴ É uma técnica artística que combina texto e arte, permitindo criar composições tipográficas decorativas.

⁵ É uma ferramenta visual que tem como finalidade transmitir conceitos e propostas de projetos.

estampas de roupas e é tema de filmes, mas sempre de forma extremamente estereotipada", comentou. Tainá destaca que a visão limitada da região norte abrange apenas a floresta, as comunidades ribeirinhas em palafitas e a fauna local, ignorando as cidades grandes e outros aspectos da vida na região. Para ela, embora seja positivo valorizar as raízes culturais, o norte é muito mais complexo e diverso do que esses estereótipos.

Uma terceira e última entrevista, desta vez com Letícia Maciel, Conservadora-restauradora e Historiadora, a entrevistada compartilhou que também atua na criação de conteúdo sobre moda, com enfoque na moda artesanal, mais especificamente no crochê. Letícia comentou que, durante sua formação acadêmica, não teve disciplinas focadas em tipografia, escrita, *design* ou criação de conteúdos que envolvem escrita ou *lettering*, e por isso não adquiriu esse conhecimento no ambiente universitário.

Ao ser questionada sobre a orientação para buscar inspiração em estilos de letras ou artes regionais para práticas de *lettering* ou para a criação de produtos com elementos de escrita, a entrevistada afirmou que sua formação acadêmica não abrange esses temas, uma vez que sua área de atuação não se relaciona diretamente com tipografia ou *design*. Em relação à ética na criação e ao uso de referências, Letícia mencionou que essa questão também não é abordada em sua área de formação. Entretanto, sobre apropriação cultural, destacou que o debate é intenso, especialmente em temas relacionados a grupos minoritários.

Na conclusão da entrevista, Letícia salientou a importância de diferenciar inspiração de cópia e levantou uma questão crítica sobre como certas culturas são rebaixadas ou desvalorizadas, mas têm elementos apropriados e comercializados por grupos que não pertencem a essas culturas. "Penso, por exemplo, na cultura afro-brasileira: de um lado, há intolerância às religiões de matriz africana; por outro, vemos elementos dessas religiões sendo utilizados em espaços tradicionais, como semanas de moda", afirmou. Letícia concluiu que, nesse contexto, a apropriação cultural pode ser entendida como uma forma de violência contra a cultura original.

Para Idaias Freitas, abridor de letras do Marajó, a apropriação indevida da arte amazônica representa uma ameaça ao conhecimento tradicional dos ribeirinhos. O Artista afirma que não se pode permitir que outros lucrem copiando o trabalho que é próprio dessa comunidade (Duarte, 2024). A seguir um trecho da fala do artista: "Não podemos permitir que outros se apropriem indevidamente do que é nosso, dos ribeirinhos, copiando nosso trabalho para lucrar. As letras amazônicas são parte integrante de um conhecimento que é nosso" (Freitas, 2024, n.p.).

Ainda em conformidade com o relato do Artista Idaias Freitas, foi enfatizado por ele sobre a importância de uma valorização justa e do respeito pelos saberes tradicionais. Ele afirma que essa arte é uma parte essencial da identidade cultural da região e que os artistas devem ser incluídos e respeitados sempre que ela for evocada (Duarte, 2024). A fala do artista pode ser conferida a seguir:

“Precisam nos incluir! As letras amazônicas são um conhecimento nosso. Se alguém de São Paulo compara ou copia nossas letras de barco para uso próprio, tudo bem, mas usar nossas letras decorativas para lucro sem nossa autorização é algo que sou completamente contra. É uma questão de respeito pelo nosso trabalho e pelo conhecimento que temos aqui na Amazônia” (Freitas, 2024, n.p.).

A crítica do Instituto aponta que os artesãos enfrentam um duplo apagamento: sua presença é ignorada e suas técnicas são apropriadas sem o devido crédito. Por fim, a instituição solicita que futuras colaborações respeitem e envolvam esses mestres em todas as etapas do processo criativo (Duarte, 2024). Idaias Freitas destaca ainda o impacto positivo que o instituto trouxe para sua vida e a de outros artesãos: “O projeto Letras que Flutuam mapeou a ilha do Marajó e nos reconheceu, posso dizer que ele resgatou nossa cultura e nos deu visibilidade, não apenas nos nomeando, mas também nos incluindo” (Freitas, 2024, n.p.).

Com o intuito de promover a difusão dessa arte, o projeto Letras que Flutuam, iniciado como uma pesquisa acadêmica exploratória, evoluiu para uma iniciativa destinada a aumentar a visibilidade desse ofício e colaborar na melhoria da renda dos abridores. Desenvolvido de forma empírica, o projeto não contou com cases ou modelos preestabelecidos, nem com um embasamento teórico robusto, exceto pela experiência dos designers envolvidos. A participação de uma *designer* paulista na região amazônica e seu contato com grupos sociais muito diferentes do cenário comercial urbano impulsionaram, naturalmente, a busca por novas formas de atuação (Martins, 2017).

Por fim, Fernanda Martins destaca, ao portal da rede Globo G1-Pará (2024), que o papel do Instituto Letras que Flutuam é proteger e valorizar a arte dos abridores de letras da Amazônia, garantindo que os artistas locais recebam o devido reconhecimento e benefício econômico pelo seu trabalho. A organização busca não só divulgar essa tradição, mas também fomentar o debate sobre direitos autorais e criar mecanismos para que esses artesãos possam gerar renda de forma justa e sustentável. Diante da crescente apropriação de elementos culturais por *designers* e publicitários, o Instituto se posiciona como um defensor dos direitos dos artistas amazônicos, promovendo formas de reconhecimento que protejam e respeitem esse saber tradicional.

Krucken (2009) afirma que promover o reconhecimento das qualidades e valores associados a um produto local — vinculados ao território, aos recursos, ao conhecimento envolvido em sua produção e ao seu significado para a comunidade que o cria — é uma maneira de revelar à sociedade a história que está por trás desse produto. Esse reconhecimento permite que o produto seja apreciado de forma mais profunda, com seu valor indo além da utilidade ou estética, integrando-se à identidade cultural e ao patrimônio coletivo da comunidade de origem.

Diante desse cenário, o turismo cultural presente na região pode se tornar um aliado na preservação de tal arte, considerando como a exposição desses elementos pode atrair visitantes interessados na cultura amazônica, levantando questionamentos sobre a preservação e o respeito à autenticidade cultural. Essa abordagem sugere que, quando bem direcionado, o turismo cultural pode ser uma força positiva que contribui para a sustentabilidade e reconhecimento das tradições amazônicas.

Considerações finais

A difusão desse vocabulário imagético ribeirinho o fez reconhecido em todo o Brasil. Isso se comprova pela enorme quantidade de produtos que estão utilizando as letras decorativas da Amazônia, sem contar produtos publicitários e marcas de empresas. A pesquisa também apontou como o turismo responsável poderia atuar para contribuir para a salvaguarda do patrimônio cultural da região, considerando como a exposição desses elementos pode atrair visitantes interessados na cultura amazônica, mas também levantar questionamentos sobre a conservação e o respeito à autenticidade cultural. As implicações deste estudo estendem-se ao campo da proteção do patrimônio cultural, enfatizando a importância de políticas públicas que protejam as tradições amazônicas contra apropriações comerciais sem contexto.

Diante disso, a valorização da arte amazônica por meio do turismo sustentável apresenta um grande potencial para gerar um ciclo virtuoso, no qual a própria tradição se torna um atrativo cultural, incentivando sua preservação e continuidade. Ao atrair turistas interessados na cultura autêntica da Amazônia, criam-se oportunidades para que os abridores de letras e outros artesãos locais compartilhem seus conhecimentos e histórias, estabelecendo uma conexão direta entre visitantes e comunidade. Esse contato pode contribuir para uma maior conscientização dos turistas sobre a importância da preservação cultural, tornando-os aliados na valorização dessas tradições e apoiadores de iniciativas que respeitem o patrimônio cultural da região.

Entretanto, para que esse processo ocorra de maneira respeitosa e sustentável, é essencial evitar a comercialização descontextualizada, que poderia levar à reprodução em massa da arte local, dissociando-a de seus significados originais. A implementação de políticas públicas e iniciativas comunitárias pode desempenhar um papel fundamental nesse sentido, garantindo que o turismo cultural na Amazônia valorize e beneficie diretamente os artistas locais. Dessa forma, assegura-se que os lucros gerados retornem para as comunidades e que o contexto cultural seja preservado. Nesse cenário, o turismo cultural pode se tornar não apenas uma fonte de renda, mas também um meio de proteção da autenticidade e do valor simbólico da cultura amazônica.

Nesse sentido, políticas públicas voltadas à valorização da arte dos abridores de letras poderiam ser implementadas no contexto amazônico, contribuindo para o fortalecimento da identidade cultural local e o desenvolvimento sustentável. Entre essas iniciativas, destacam-se programas de capacitação voltados aos artesãos, permitindo que a comunidade tenha acesso a oportunidades de formação dentro da própria região, em vez de depender de cursos a distância, como mencionado ao longo desta pesquisa.

O financiamento de iniciativas culturais locais e a oferta de cursos ministrados por artesãos experientes podem impulsionar a formação de novos abridores de letras. A criação de uma escola de artes voltada à profissionalização também fortaleceria a categoria, possibilitando a emissão de um registro artístico. Esse reconhecimento formal atuaria de forma a valorizar a autoria, garantindo o devido crédito às obras e coleções no mercado. Como consequência, os artesãos da Amazônia poderiam alcançar uma distribuição mais justa dos lucros, promovendo a sustentabilidade da arte local.

Existem regiões do Brasil onde o turismo de base comunitária tem se mostrado uma estratégia eficaz para fortalecer práticas culturais e impulsionar a economia local. Um exemplo disso é a comunidade de Coqueiro campo, localizada na região nordeste do estado de Minas Gerais. Durante uma visita de campo a essa comunidade, realizada em 2019, observou-se que ela se sustenta principalmente pela extração de argila, utilizada na produção de cerâmica artesanal. Nesse contexto, os visitantes têm a oportunidade de adquirir pacotes turísticos que incluem hospedagem no local, além de cursos sobre a arte ceramista, proporcionando uma experiência imersiva e incentivando o aprendizado da técnica local. Com base nesse modelo, iniciativas similares poderiam ser desenvolvidas no contexto dos abridores de letras da Amazônia, respeitando as particularidades culturais e socioeconômicas da região.

Outra possibilidade a ser explorada é a realização de feiras e eventos que ampliem a visibilidade do trabalho dos abridores de letras, tanto no cenário nacional quanto internacional. Além disso, poderia ser estudada a viabilidade de um museu amazônico dedicado a essa arte, possivelmente vinculado à escola de artes, para preservar e difundir esse conhecimento. Paralelamente, a proteção dos direitos de propriedade intelectual dos artesãos se apresenta como uma demanda essencial, a fim de garantir o reconhecimento e a remuneração justa de suas criações. Dessa forma, ao adotar políticas públicas que integrem diferentes frentes de valorização cultural, seria possível contribuir para a preservação das tradições amazônicas, ao mesmo tempo em que se promove o desenvolvimento econômico e social das comunidades envolvidas.

Recomenda-se que práticas de valorização cultural envolvam as comunidades locais, promovendo o reconhecimento e a sustentabilidade da tradição dos abridores de letras. Espera-se que esse estudo possa contribuir para o entendimento das dinâmicas entre cultura, mercado e identidade, oferecendo pontos de vistas sobre o impacto da globalização e da mercantilização nas tradições locais e propondo estratégias para equilibrar valorização e preservação.

As principais limitações deste estudo residem na dependência de fontes secundárias, como bibliografia e materiais audiovisuais, o que restringe a profundidade das perspectivas individuais dos artesãos envolvidos. A ausência de entrevistas diretamente com os artesãos e observações *in loco* onde a prática de abrir letras acontece dificultaram a compreensão dos aspectos mais subjetivos e culturais. Além disso, a análise sobre apropriação cultural e proteção jurídica das práticas dos abridores de letras é complexa, podendo deixar algumas questões em aberto para um estudo mais abrangente.

Essas limitações ressaltam a importância de estudos futuros que utilizem fontes primárias e aprofundem tanto os desafios legais quanto as políticas públicas voltadas à preservação cultural na Amazônia. Recomenda-se, também, a realização de entrevistas com a comunidade ribeirinha, possibilitando uma compreensão mais rica e detalhada das percepções e necessidades dos próprios artesãos em relação à proteção de suas práticas culturais.

Referências

- Aguiar, L. B. (2006). *Turismo e preservação nos sítios urbanos brasileiros: O caso de Ouro Preto* (Tese de doutorado). Universidade Federal Fluminense.
- Amaral, J. P. P. (2015). *Da colonialidade do patrimônio ao patrimônio decolonial* (Dissertação de Mestrado). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

- Azevedo, P. O. D. de. (2013). Prefácio. In P. O. D. de Azevedo & E. L. Corrêa (Orgs.), *Estado e sociedade na preservação do patrimônio* (pp. 9–11). Salvador: EDUFBA: IAB. <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/16772/1/estado-sociedade-na-preservacao-patrimonio.pdf>
- Barreto, L. M. T. S., & Lanzarini, R. (Coord.). (2023). *Turismo responsável no Brasil: Tendências, estratégias e fomento em sustentabilidade, turismo de base comunitária e segurança turística*. UFRN/SEDIS.
- Bittencourt, A. (1957). *Bacia Amazônica: Vias de comunicação e meios de transporte*. ACA.
- Brasil. (2007). *Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007*. Diário Oficial da União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm
- BT Amazônia. (2024). *Artista é acusado de apropriação cultural ao lançar coleção da Riachuelo com letras inspiradas em arte amazônica; entenda*. https://btmais.com.br/artista-e-acusado-de-apropriacao-cultural-amazonida/#google_vignette
- Camargo, H. L. (2005). Patrimônio e turismo, uma longa relação: História, discurso e práticas. *Revista Eletrônica Patrimônio: Lazer & Turismo*. <https://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigosdc19.html?cod=33>
- Carvalho, K. D. (2009). Turismo e preservação do patrimônio cultural na visão dos moradores do bairro da Praia Grande em São Luís/MA. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 3(1), 25–45. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v3i1.128>
- Carvalho, J. J. (2012). ‘Espetacularização’ e ‘canibalização’ das culturas populares na América Latina. *Revista Antropológicas*, 21(1), 39-76. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaantropologicas/article/view/23675/19331>
- Chaves, M. P. S. R. (2001). *Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia: O estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá* (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- ConnectArch. (2022). *Conheça os abridores de letras*. <https://www.connectarch.com.br/conheca-os-abridores-de-letras/>
- Corrêa, E. C. S. (2021). *Nomes a navegar: Saberes, práticas e significados nos nomes das embarcações pesqueiras de Bragança-Pará* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Pará, Castanhal.
- Costa, M. O., Proença, A. R. G. B., Solha, K. T., & Pinto, G. P. (2024). *Turismo responsável: Resultados que inspiram!* (Coord. K. T. Solha). ECA-USP. (Coleção Cadernos aplicados de turismo / coord. Karina Toledo Solha; 3).
- Da-Gloria, P., & Piperata, B. A. (2019). Modos de vida dos ribeirinhos da Amazônia sob uma abordagem biocultural. *Ciência e Cultura*, 71(2). <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602019000200014>
- Diegues, A. C. (2008). *O mito moderno da natureza intocada* (2. ed.). Hucitec, Nupaub/USP.
- Duarte, L. (2024). *Arte das Letras Flutuantes: Apropriação Cultural e/ou Valorização?* Amazônia Latitude. <https://www.amazonialatitude.com/2024/07/29/arte-letras-flutuantes-apropriacao-cultural-valorizacao/>
- Lima, A. S., & Sousa, R. M. (2021). Povos indígenas da Amazônia: Do caminho da canoa à ressignificação das culturas e línguas. *Tellus*, (44), 31–52. <https://doi.org/10.20435/tellus.vi44.726>
- Eco Brasil. (2024). *Comunidades tradicionais: Ribeirinhos*. Instituto Eco Brasil: Ecoturismo - Ecodesenvolvimento. http://www.ecobrasil.eco.br/site_content/30-categoria-conceitos/1195-comunidades-tradicionais-ribeirinhos
- Fernandes, J. S. N., & Moser, L. (2021). Comunidades tradicionais: A formação socio-histórica na Amazônia e o (não) lugar das comunidades ribeirinhas. *Revista Katálysis*, 24(3). <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e79717>
- Ferreira, S. H. (2009). *Nota sobre a construção naval no Brasil nos séculos XVII e XVIII*. Academia Paulistana de História. <http://www.hottopos.com/videtur2/sivar.html>
- Finizola, F., Coutinho, S., & Santana, D. (2013). *Abridores de letras de Pernambuco: Um mapeamento da gráfica popular*. Blucher.
- Freitas, I. (2024). *Embarcação com letras decorativas*. <https://www.amazonialatitude.com/2024/07/29/arte-letras-flutuantes-apropriacao-cultural-valorizacao/>
- Globo - G1/Pará. (2024). *Instituto Letras que Flutuam: Belém ganha o primeiro instituto do Brasil dedicado à cultura ribeirinha*. <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/08/14/instituto-letras-que-flutuam-belem-ganha-o-primeiro-instituto-do-brasil-dedicado-a-cultura-ribeirinha.ghtml>
- Guimarães, C. R. F. F., & Morano, C. B. (2020). Revisão sistemática de trabalhos acadêmicos sobre turismo e emprego no Brasil, entre os anos de 2010-2020. *RITUR - Revista Iberoamericana de Turismo*, 10(2), 123-135. <https://doi.org/10.2436/20.8070.01.182>
- Krucken, L. (2009). *Design e território: Valorização de identidades e produtos locais*. Nobel.
- Letras que Flutuam. (2023). *Quais os limites da apropriação cultural pela moda?* https://www.instagram.com/letrasqflutuam/p/CsuB9_uO_qv/?img_index=1
- Malinowski, B. (2018). *Argonautas do Pacífico Ocidental*. Ubu Editora LTDA-ME.
- Mandel, L. (2006). *Escritas: Espelho dos homens e das sociedades*. Rosari.

- Marques, G. S. (2019). *Amazônia: Riqueza, degradação e saque*. Expressão Popular.
- Martins, F. O. (2017). *Letras que Flutuam: Territórios fluidos da Amazônia*. In *Ecovisões projetuais: Pesquisas em design e sustentabilidade no Brasil* (pp. 335-348). Blucher Open Access. <https://doi.org/10.5151/9788580392661-26>
- Martins, F. O. (2008). *Letras que Flutuam – O universo ribeirinho e a tipografia vitoriana*. Monografia apresentada ao Curso de especialização em Semiótica e Cultura Visual da Universidade Federal do Pará.
- Martins, F. D. O. (2018). *Letras que Flutuam: tradição cultural e memória gráfica da Amazônia*. Trama: indústria criativa em revista ISSN 2447-7516, 7(1).
- Meirelles Filho, J. (2006). *O livro de ouro da Amazônia* (5ª ed.). Ediouro.
- Nascimento, D. S. (2018). *Estratégia de turismo para o desenvolvimento rural sustentável*. Escola Nacional de Administração Pública. https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3495/?locale=pt_BR
- Oliveira, T. D., De Callai, H. C., Zamin, L. P., Rocha, M. M. Da, & Tolfo, J. P. (2022). *Preservação do patrimônio arquitetônico: A educação patrimonial como possibilidade de manter viva e latente a história das cidades*. *Concilium*, 22(2), 15–23. <https://doi.org/10.53660/CLM-082-104>
- Organização Mundial da Propriedade Intelectual. OMPI (2016). *Nota informativa nº 5 – A propriedade intelectual e o artesanato tradicional*. OMPI. https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo_pub_tk_5.pdf
- Pará Web News. (2024). *Artista é acusado de apropriação cultural após lançar coleção inspirada em arte amazônica pela Riachuelo*. <https://parawebnews.com/artista-e-acusado-de-apropriacao-cultural-apos-lancar-colecao-inspirada-em-arte-amazonida-pela-riachuelo/>
- Pinheiro, A. R. S., & Oliveira, R. R. G. (Orgs.). (2023). *Cadernos do patrimônio cultural: Memórias, gestão e sustentabilidade*. Armazém da Cultura. <https://bd.iphan.ibict.br/items/a952b1bb-390f-485d-8183-3d2628673657/full>
- Rede Artesanato Brasil (2021). *Curso Políticas Públicas - Marco Jurídico do Artesanato Brasileiro*. <https://redeartesanatobrasil.com.br/2021/10/29/marco-juridico/>
- Riachuelo. (2024). *Disney e Riachuelo + Filipe Grimaldi: Conheça a coleção Manifesto do Afeto*. Em parceria com a Disney e o artista visual e professor-letrista Filipe Grimaldi, a Riachuelo apresenta a coleção-cápsula “Manifesto do Afeto”. <https://www.riachuelo.com.br/filipe-grimaldi>
- Sant’Anna, M. (2015). *Preservação como prática: sujeitos, objetos, concepções e instrumentos*. *Dicionário IPHAN de patrimônio cultural* (Vol. 1, pp. 245–279). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Preserva%C3%A7%C3%A3o%20pdf.pdf>
- Sarmento, C. (2000). *O barco moliceiro: Texto icônico e inscrição popular*. *Anais do IV Congresso Internacional da Associação Portuguesa de Literatura Comparada*. <https://www.portosdeportugal.pt/UserFiles/o-barco-moliceiro-.pdf>
- Schneider, C. S. (2006). *Turismo cultural: Uma proposta de preservação do patrimônio material*. *Anais do Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL*, 4. <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/3/23.pdf>
- Secretaria de Estado de Cultura do Pará. SECULT (2021). *SECULT lança o livro "Letras que Flutuam", que registra a tipografia dos barcos da Amazônia*. <https://secult.pa.gov.br/noticia/1404/secult-lanca-o-livro-letras-que-flutuam-que-registra-a-tipografia-dos-barcos-da-amazonia>
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. SEBRAE. (2022). *Turismo cultural: Arte, cultura e história pelo mundo*. <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/turismocultural-arte-cultura-e-historia-pelomundo,bcba198074952810VgnVCM100000d701210aRCRD>
- Thiely, N. (2021). *Abridor de letra fazendo uma pintura em uma embarcação*. <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/297-documentario-mostra-producao-e-mapeia-os-abridores-de-letras-do-marajo>
- Wagley, C. (1957). *Uma comunidade amazônica: Estudos do homem nos trópicos* (C. da S. Costa, Trad.). Companhia Editorial Nacional. (Série Biblioteca Pedagógica Brasileira Brasileira, 5).

Esse artigo apresenta resultados parciais de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Patrimônio, financiado pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

